

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO  
AUTÓNOMA DOS AÇORES



SUBCOMISSÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE  
ECONOMIA

## RELATÓRIO E PARECER

---

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 173/XIII/1.ª (PS) – RECOMENDA AO  
GOVERNO A DINAMIZAÇÃO DO PLANO DE REVITALIZAÇÃO DA  
ILHA TERCEIRA

PONTA DELGADA  
MARÇO DE 2016

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES	
ARQUIVO	
Entrada	868 Proc. n.º 02-08
Data: 016 / 03 / 23	N.º 230 X



**TRABALHOS DA COMISSÃO**

---

A Subcomissão da Comissão Permanente de Economia reuniu no dia 21 de março de 2016, na Delegação da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, na cidade de Ponta Delgada, a fim de analisar e dar parecer sobre Projeto de Resolução n.º 173/XIII/1.ª (PS) – Recomenda ao Governo a dinamização do plano de revitalização da Ilha Terceira.

---

**1.º. CAPÍTULO – ENQUADRAMENTO JURÍDICO**

---

A apreciação do presente Projeto de Resolução enquadra-se no disposto no n.º 2 do artigo 229.º, da Constituição da República Portuguesa, e na alínea i) do artigo 34.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores – Lei n.º 2/2009, de 12 de janeiro.



---

2º. CAPÍTULO - APRECIÇÃO NA GENERALIDADE E ESPECIALIDADE

---

O presente Projeto de Resolução visa, concretamente, recomendar “ao Governo da República que:

- Crie um Grupo de Acompanhamento Permanente incluindo Governo da República, Governo Regional, Autarquias Locais e outras entidades regionais, para monitorizar o grau de cumprimento das medidas da responsabilidade do Governo da República no âmbito do Plano de Revitalização Económica da Ilha Terceira, emitindo relatórios semestrais.
- Dinamize o Plano de Revitalização Económica da Ilha Terceira, contribuindo para, entre outros:
- Negociação do Programa de Apoio Estrutural à Ilha Terceira cuja execução e financiamento deve ser assegurado pelo Governo dos EUA;
- Reforço da dotação do Programa Operacional Açores 2020 para aplicação em projetos de desenvolvimento económico e social da Ilha Terceira;
- Eliminação dos constrangimentos de utilização civil do Aeroporto das Lajes;
- Dinamização do turismo com a atribuição de apoios específicos para a Ilha Terceira;
- Dinamização das instalações portuárias do Porto da Praia da Vitória;
- Dinamização do Pólo da Universidade dos Açores na Ilha Terceira, contribuindo para a requalificação de recursos humanos;
- Atração de Novas valências para a Base das Lajes.”

As pretensões acima elencadas visam, genericamente, mitigar as consequências da redução do destacamento militar dos EUA na Base das Lajes - Ilha Terceira.

Refere-se, em sede de preâmbulo, que “Em termos de impactos económico-financeiros estamos perante uma redução de 49,9 milhões de euros na economia da ilha, um incremento à taxa de



## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

desemprego ao nível de ilha de 55%, um impacto no PIB da Ilha de – 6,1%, e a perspetiva de emigração de 10 a 15 mil habitantes da ilha Terceira.”

Neste sentido, a presente iniciativa tem por finalidade priorizar esta questão e instar o Governo a cumprir a parte que lhe compete do Plano de Revitalização Económica da Ilha Terceira.

**Assim, a Subcomissão da Comissão Permanente de Economia deliberou, por maioria, com os votos favoráveis do PS e BE e as abstenções do PSD e CDS-PP, dar parecer favorável ao Projeto de Resolução em análise, tendo em conta a importância para a Ilha Terceira da rápida implementação das medidas concretas ora preconizadas.**

O Relator

José Ávila

O presente relatório foi aprovado, por unanimidade.

O PSD e o CDS-PP apresentam declaração de voto, que se anexa.

O Presidente

Francisco Vale César



DECLARAÇÃO DE VOTO DO PSD

A iniciativa em apreço não assume o nível de compromisso que o PS manifestou em campanha eleitoral quanto ao cumprimento, por parte do Governo da República, sobre o Programa de Revitalização da Ilha Terceira (PREIT). Atira para a frente uma solução que foi prometida com rapidez.

O Orçamento de Estado para 2016 representava a oportunidade para o PS assumir de forma objetiva e específica os seus compromissos, no âmbito do PREIT. Verifica-se, pelo contrário, que não contempla as verbas prometidas à assunção dos compromissos eleitorais do PS para com a ilha Terceira, no que concerne às responsabilidades do Governo da República.

Os Deputados do PSD



**DECLARAÇÃO DE VOTO DO CDS-PP**

Considerando que o Orçamento de Estado para 2016 não contempla qualquer verba inscrita para assegurar os compromissos da república para com a execução do Plano de Revitalização da Ilha Terceira, recomendar ao Governo da República a sua dinamização é totalmente inconsequente, pelo que o GP do CDS-PP se abstém quanto ao Projeto de resolução em análise.

A Deputada do CDS-PP